



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

CAPITALISMO DEPENDENTE E ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS

Táise Cristina Gomes C. de Negreiros

taisenegreiros@yahoo.com.br

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a dependência econômica estrutural dos países latino-americanos em relação aos países centrais e como esta repercute na promoção e formulação de políticas sociais nestes países, de modo mais específico as políticas voltadas ao ensino superior. Compreendemos que países como o Brasil assumem uma posição peculiar na divisão internacional do trabalho a qual irá repercutir na forma como estes países irão desenvolver suas políticas internas. Em relação às políticas voltadas ao ensino de nível superior, observamos que estas foram pensadas, majoritariamente, a partir dos modelos de educação europeia e norte americano que muitas vezes revelam a incongruência entre esses modelos e a necessidade que realidade local impõe. Consideramos que esta tendência não foi superada, sendo que atualmente esta dependência é marcada pela influência do capital financeiro nas instituições de ensino superior do país. À guisa de definição metodológica, definimos como locus de pesquisa a peculiaridade da formação sócio histórica da realidade brasileira. Trazemos como principal questão norteadora a análise de como a peculiaridade da formação social, econômica e política do Brasil, marcada pela dependência histórica e estrutural em relação aos países centrais, repercutem na formulação e organização de políticas voltadas ao ensino superior no país. Para o desenvolvimento deste estudo, realizamos pesquisa bibliográfica e documental, na qual analisamos os estudos de autores sobre a realidade brasileira, como Marini (2011) e Fernandes (2012), e sobre o processo de consolidação do ensino superior no país. A partir das análises e reflexões tecidas, concluimos que as reformas promovidas ao longo da recente trajetória do ensino superior brasileiro tiveram por objetivo principal readequar as instituições universitárias às novas demandas do mercado nacional e internacional, de modo a garantir a manutenção do *status quo* e o predomínio dos estratos sociais dominantes nas estruturas de poder e comando. Mesmo em um período em que estas reformas tiveram um caráter mais “democrático”, mediante expansão da oportunidade de acesso da classe subalterna ao ensino de nível superior, estas não romperam com a tendência histórica de privatização e influência de capital estrangeiro no ensino superior brasileiro. Podemos considerar que este, ao longo de sua recente história, nunca se concretizou enquanto direito social, mas sim como privilégio das classes dominantes brasileiras e internacionais.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the structural economic dependence of Latin American countries on central countries, and how this affects the promotion and formulation of social policies in these countries, more specifically policies directed to higher education. We understand that countries like Brazil assume a special position in the international division of labor, which will affect the way in which these countries will develop their internal policies. In relation to policies aimed at higher education, we observed that these were mainly thought from European and North American education models that often reveal the incongruity between these models and the need that local reality imposes. We believe that this trend has not been overcome, and that this dependence is currently influenced by the influence of financial capital in the country's higher education institutions. As a methodological definition, we define as the locus of research the peculiarity of socio-historical formation of the Brazilian reality. We have as main guiding question



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

the analysis of how the peculiarity of the social, economic and political formation of Brazil, marked by historical and structural dependence on the central countries, have repercussions on the formulation and organization of policies aimed at higher education in the country. For the development of this study, we carried out bibliographic and documentary research, in which we analyze the authors' studies on the Brazilian reality, such as Marini (2011) and Fernandes (2012), and on the process of consolidation of higher education in the country. Based on analyzes and reflections, we conclude that the main objective of the reforms promoted during the recent trajectory of Brazilian higher education was to re-adapt university institutions to the new demands of the national and international market, in order to guarantee the maintenance of the status quo and the predominance of the dominant social strata in the structures of power and command. Even at a time when these reforms were more "democratic," by expanding the opportunity of subaltern class access to higher education, these did not break with the historical trend of privatization and influence of foreign capital in Brazilian higher education. We may consider that this, throughout its recent history, has never materialized as a social right, but as a privilege of the Brazilian and international ruling classes.

Palavras chave

Capitalismo Dependente; Ensino Superior; Política Educacional.

Keywords

Dependent Capitalism; Higher education; Educational politics



I. INTRODUÇÃO

O processo de organização e consolidação das instituições educacionais (sejam elas de formação de nível básico ou de ensino de nível superior) se efetiva conforme as particularidades sócio históricas e político-econômicas de cada nação e a relação desta com a ordem econômica mundial.

Compreendemos que a partir da segunda metade do século XX o mundo do trabalho vem sofrendo significativas transformações as quais refletem uma maior desproletarização do trabalho fabril, expansão dos setores de serviço, aumento das formas de trabalho precárias, contratos temporários, dentre outros, que, nas palavras Antunes (2006), levam a uma crescente fragmentação, complexificação e heterogeneização da classe trabalhadora.

Tais transformações no mundo do trabalho são acompanhadas pelas constantes mudanças no processo produtivo – com o desenvolvimento de novas tecnologias e estabelecimento de novas formas de organização da vida social. Estas apontam para a generalização da racionalização desse processo, a qual exige cada vez mais altos níveis de escolarização da classe trabalhadora e de organização curricular dos processos formativos, contribuindo para o desenvolvimento de novas técnicas e para o processo de reprodução do capital e, de formas de consentimento ativo por parte da classe trabalhadora ao processo de domínio e exploração a qual está submetida.

Assim, os espaços formais de ensino assumem, na sociedade do capital, um papel histórico de formação técnica e conformação ético-política da classe trabalhadora, de modo a adaptá-la às exigências impostas pela ordem estabelecida, exigências estas que, segundo Neves e Pronko (2008, p.24) vão se “metamorfosando de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e com as mudanças nas relações sociais gerais, para que possa garantir ao mesmo tempo a reprodução material da existência e da coesão social”.

A partir dos anos 2000 observamos a intensificação da privatização do Ensino Superior brasileiro, com forte participação do mercado financeiro internacional. Analisamos que essa intensificação foi reforçada pela criação de programas governamentais, como o Pro Uni e FIES, por



exemplo, que, sob a justificativa de promover maior inserção da classe trabalhadora nos ao ensino de nível superior, contraditoriamente, promoveu, na verdade, uma maior mercantilização desse nível de ensino no país.

Neste artigo nos debruçaremos na especificidade da realidade brasileira, pois compreendemos que no Brasil as instituições voltadas ao ensino de nível superior se desenvolveram inicialmente em instituições isoladas nas quais tinham como referência o modelo de organização da universidade europeia. Nosso principal questionamento balizador das análises que serão expostas a seguir será como a peculiaridade da formação social, econômica e política brasileira, marcada pela dependência histórica e estrutural em relação aos países centrais (reflexo do período colonial vivenciado pelos países latino americanos) repercutem na formulação e organização de políticas voltadas ao Ensino Superior no país atualmente.

II. SOCIEDADE DE CAPITALISMO DEPENDENTE E O SURGIMENTO DO ENSINO SUPERIOR: ESPECIFICIDADES BRASILEIRAS

Segundo Fernandes (1975), para analisarmos a problemática do Ensino Superior brasileiro precisamos compreender que esta não se limita a questões pedagógicas e ou políticas internas à própria universidade. Mas que a própria universidade foi construída a partir de uma realidade histórico-social específica, o que definiu a forma como esta se engendrou nos marcos da sociedade brasileira.

A universidade brasileira surgiu a partir de modelos transplantados da Europa para atender à necessidade de formação de profissionais liberais. Porém, segundo o autor, esse modelo já sofre, desde o seu surgimento, três formas de empobrecimento: a primeira refere-se à criação de uma política educacional estreita e imediatista e o surgimento de unidades de formação isoladas, diferentemente do modelo de universidade europeu. Não houve a iniciativa em se construir uma instituição universitária aos moldes da universidade portuguesa da época, mas apenas faculdades e escolas superiores. Esta tendência está relacionada ao próprio contexto político, no qual o surgimento destas instituições ocorre a partir da necessidade de atender às demandas da Coroa e



fortalecer a dominação portuguesa na colônia e; a razões práticas relacionadas à própria característica demográfica, as imposições de uma sociedade estamental e ao próprio atraso cultural imperante (Fernandes, 1975).

A segunda forma de empobrecimento refere-se ao processo de reorganização do poder político na colônia e a adaptação do Brasil aos requisitos para a “modernização forçada” (Idem, p. 94) a que este fora submetido. A grande consequência disto fora que esse processo de modernização ocorreu de forma controlada, o que tolheu a possibilidade das instituições escolares transplantadas desenvolver e promover processos permanentes de autonomização cultural, estando estas limitadas à absorção de conhecimentos e valores produzidos pelos países centrais.

O terceiro elemento refere-se ao empobrecimento funcional dos modelos transplantados, pois na colônia o que se demandava era a formação de profissionais letrados, com aptidões gerais e um mínimo de informações técnico-profissionais, habilitados para preencher papéis específicos na burocracia e poder político no marco das profissões liberais. Assim, os processos vitais para a dinamização da cultura brasileira e diferenciação intelectual não ocorriam, em regra, no âmbito das escolas superiores.

Assim, Fernandes (1975) afirma que a criação da universidade brasileira a partir dos modelos transplantados esbarrava no limite histórico, oriundo da própria estrutura social de uma sociedade escravista, colonial e senhorial a qual impossibilitava que as instituições pudessem desenvolver um patamar histórico-cultural equivalente ao da sociedade metropolitana, bem como a formação de quadros intelectuais e produção de conhecimentos autônomos.

O autor ainda destaca uma tendência educacional arcaizante a qual impregnou as instituições uma “senilização institucional precoce” (Fernandes, 1975, p.97), marcada por renovações parciais, com fortes tendências de dogmatismo e verbalismo. Assim, esse modelo de escola superior das três primeiras décadas do século XIX se torna o padrão brasileiro de escola superior por três razões: a primeira refere-se ao número reduzido de escolas e sua relação com a sociedade brasileira, que fora marcada pelo isolamento das instituições e do corpo docente e discente com a sociedade, o que contribuiu para a formação de um padrão cultural de alto poder coercitivo.



A segunda razão refere-se ao fato de que a universidade nunca fora reconhecida pela sua utilidade social, mas sim como espaço de conquista de privilégio e reconhecimento social de jovens já inseridos em classes privilegiadas da sociedade. E, a terceira razão refere-se ao fato de que sempre se colocou em primeiro plano a contribuição positiva das profissões liberais para a manutenção da ordem vigente e, portanto, nunca fora contestada a formação magistral e dogmática dessas profissões.

A partir das reflexões de Fernandes (1975) podemos compreender que o caráter dependente da educação universitária brasileira está fundamentado na forma como ocorreu historicamente o desenvolvimento econômico e social do país, o qual não rompeu com os laços de dependência econômica e sociocultural constituídos com a metrópole portuguesa e, posteriormente, com outras potências mundiais. Mesmo com o processo de independência política e de industrialização da economia brasileira, essa ocorre a partir de estreita aliança com capital externo e a ele subordinado. Essa subordinação torna-se estratégica para a classe dominante nacional que se alia conscientemente às burguesias internacionais para manutenção de seus interesses econômicos e políticos.

Assim, o que observamos no Brasil foi um processo de transição ao sistema capitalista de forma não clássica – conforme ocorreu na Inglaterra e França, por exemplo – no qual não observamos o surgimento de uma classe burguesa de perfil revolucionário, perpetuando e reorganizando, assim, as raízes patrimonialistas e antidemocráticas da sociedade brasileira, o que irá repercutir diretamente no caráter autocrático da burguesia nacional (Lima, 2006).

A transição da economia brasileira ocorre de forma desigual, porém combinada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista no cenário mundial, marcado pelo surgimento dos grandes monopólios e início da fase de expansão imperialista. Portanto, o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista nos países que vivenciaram o sistema colonial nunca passou pelas etapas do desenvolvimento capitalista dos países centrais, tendo em relação a estes um atraso que não será superado dentro dos marcos desta sociabilidade uma vez que este se torna funcional para a manutenção do ritmo de desenvolvimento do capitalismo no cenário internacional.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Apesar de estes países terem conquistado suas independências políticas, nunca terão a mesma independência econômica, pois sempre ocuparão um lugar subordinado na divisão internacional do trabalho. Se, durante o período colonial, estes países tinham a importância particular de garantir o fornecimento de matérias-primas a baixo custo aos grandes centros econômicos e, ao mesmo tempo, garantir o desenvolvimento comercial e bancário na Europa com a importação de bens manufaturados e capital estrangeiro, com sua independência política este cenário, em sua essência, não muda.

Conforme Marini (2011), a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho sempre será marcada pela relação de dependência aos países de capitalismo avançado, compreendendo relação de dependência enquanto relação de subordinação entre nações formalmente independentes, cujas relações de produção são recriadas ou modificadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

Segundo este autor, a inserção dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho enquanto principais fornecedores de matéria-prima foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo e consolidação da grande indústria nos países centrais, o que contribuiu para que o eixo de acumulação se deslocasse da extração da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa (idem).

Assim:

A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribuiu para criar, e que alcançou seu auge na segunda metade do século 19, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meio de subsistência. O efeito dessa oferta (...) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais (Marini, 2011, p. 40).

Porém, Marini (2011) ressalta que essa tendência não ocorre sem a sua dimensão contraditória: à medida em que para o aumento da produtividade se faz necessário o equivalente aumento no consumo de matérias-primas ocorre, conseqüentemente, o aumento do total de capital



investido em capital constante. A partir disto, observa-se uma tendência à queda da taxa de lucro que será driblada, dentre outras medidas, através do barateamento das matérias-primas.

Neste cenário, o autor esclarece que a relação entre países industriais e não industriais será baseada numa relação de troca desigual, tendo em vista que os países latino-americanos passam a ser obrigados a diminuir o preço dos produtos das matérias-primas para poder garantir o patamar de extração de lucros nos países industrializados, sendo que a correção do desequilíbrio entre os preços e o valor das mercadorias exportadas ocorrerá por meio de uma maior exploração do trabalhador.

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada, portanto, sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para a sua realização. Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias -, cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias (Marini, 2011, p.155)

Assim, conforme explica o autor (idem), o consumo individual do trabalhador enquanto comprador de mercadoria não interfere no processo de realização do produto. A consequência é que haverá a tendência natural em explorar ao máximo a força de trabalho sem se preocupar em garantir as condições para sua reprodução e manutenção uma vez que esta é facilmente substituída.

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional (Marini, 2011, p.157).

Essa dinâmica traz reflexos diretos na relação entre capital e trabalho no Brasil e, consequentemente, no processo de reivindicações e garantia de direitos para a classe trabalhadora. Segundo Santos (2012) esta relação sempre será tensionada pela cultura autoritária e pela política de



subserviência da sociedade brasileira, o que irá impregnar de um caráter antidemocrático as formas de atendimento das expressões da questão social.

A autora reforça que o acesso a direitos trabalhistas e de regulação estatal da relação capital e trabalho é permeado pelo recurso da repressão durante o processo histórico brasileiro. Esta se efetiva de duas formas: a primeira, que remete à repressão *strictu sensu*, caracterizada pela violência física e; a segunda, caracterizada pelo paternalismo e mandonismo. Esta última tem raízes nos traços da cultura de subserviência constitutiva das relações entre escravos e fazendeiros que se reproduzem nas relações entre capital e trabalho no contexto de assalariamento, como se o trabalho livre fosse um prolongamento do trabalho escravo (Fernandes apud Santos, 2012). Assim, é alimentada uma cultura da dependência e do favor, sendo os direitos trabalhistas e demais benefícios sociais apresentados como “dádivas” do Estado, e não produto de suas reivindicações e lutas (Santos, 2012).

Esta tendência, no que tange especificamente à política educacional, repercute na dificuldade histórica em se garantir avanços educacionais mínimos à classe trabalhadora brasileira, na qual não consegue conquistar sequer as reformas educacionais exigidas pelo próprio modo de produção capitalista. Assim, “o padrão dependente de desenvolvimento capitalista e o padrão compósito de hegemonia burguesa são eixos que caracterizam historicamente o dilema educacional brasileiro” (Lima, 2006, p.5).

II. METODOLOGIA

Nossa pesquisa foi guiada pelo método marxista de análise social no qual se baseia numa perspectiva crítico-dialética, social e histórica do objeto em análise. Sua realização foi baseada numa abordagem qualitativa, tendo em vista que esta, segundo Richardson (2008), possibilita a análise da relação de diversas variáveis, bem como a compreensão de processos dinâmicos no âmbito das relações sociais, contribuindo no aprofundamento da análise da realidade, bem como das particularidades da mesma. Durante a nossa pesquisa realizamos uma reconstrução teórico-metodológica do



objeto de estudo que incluiu levantamento e análise de referenciais bibliográficos e pesquisas que tratam sobre a temática.

IV. ATUAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO INTERNACIONAL NO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: novas marcas da dependência

Sob o discurso de promover uma maior democratização do acesso da população a este nível de ensino, o governo Lula (2003-2010) – e posteriormente o governo Dilma – dando continuidade às prerrogativas iniciadas durante o governo FHC (1994 - 2002), adotou medidas que paulatinamente foi destruindo a perspectiva do acesso ao ensino de nível superior enquanto direito, transmutando este num serviço a ser ofertado pelo mercado e, conseqüentemente, acessado por quem puder comprá-lo.

A despeito dos discursos governamentais, nunca houve, no Brasil, um projeto radical de democratização do acesso ao ensino de nível superior na perspectiva de reafirmar este ensino enquanto um direito social. O ensino universitário brasileiro fora marcado historicamente pela elitização, no qual apenas aos herdeiros das frações burguesas dominantes ou da classe média nacional tinham amplo acesso.

Na medida em que se fortalecem as reivindicações da classe trabalhadora pelo direito ao acesso a esse nível de ensino, emerge iniciativas governamentais para atender a esta demanda. Porém, esta é atendida mediante expansão majoritária de instituições privada e conseqüente mercantilização do sistema de ensino superior do país.

Segundo dados do Censo da Educação Superior referente ao ano de 2014 houve um total de 6.486.171 novas matrículas em instituições de ensino superior presenciais no país, sendo que destas 1.821.629 foram matrículas em IES públicas e 4.664.542 foram matrículas em IES privadas, distribuídas em 11.858 cursos ofertados por estas instituições. Em relação à modalidade EAD, foram ofertados 1.365 cursos os quais concentraram 1.341.842 matrículas, sendo que 139.373 foram matrículas em IES públicas e 1.202.469 matrículas em IES privadas.



Tais dados nos apresentam caráter contraditório na medida em que, com a ampliação de instituições de ensino e o consequente aumento da inserção da classe trabalhadora nestes espaços, atende-se à reivindicação desta por melhores oportunidades de ensino e qualificação profissional, porém isto vem se dando segundo as determinações e interesses do mercado.

Porém neste artigo não iremos detalhar as diversas medidas que caracterizam o processo de contrarreformas que o Ensino Superior vem sofrendo no país, principalmente ensino público. Iremos restringir nossas análises no Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) por considerar que tais programas foram fundamentais para o crescimento do mercado do ensino privado com forte investimento de capital estrangeiro no país.

O PROUNI foi criado com o principal objetivo “contribuir” no processo de democratização do Ensino Superior mediante ocupação de vagas ociosas das instituições de ensino privadas, proporcionando o acesso da população de baixa renda (com renda *per capita* de no máximo um salário mínimo) e professores da rede pública de educação básica.

As instituições privadas de Ensino Superior aderem ao programa através da assinatura de termo de adesão, tendo que reservar 10% das vagas de cada curso específico para a destinação de bolsas. Mediante adesão, as instituições são isentas de alguns impostos federais, como por exemplo, o recebimento da isenção de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

Conforme o posicionamento do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (2004), o Prouni tem por pano de fundo a diluição da fronteira entre o público e o privado, no qual o estabelecimento privado e o público – a universidade – passam a compor naturalmente um sistema onde ambos devem possuir os mesmos direitos de receber recursos do Estado, desde que atendam os requisitos impostos pelo Sistema de Avaliação (SINAES) “e compromisso social”.

O Prouni trata indiferenciadamente o processo de expansão de ensino superior, obscurecendo o eixo privado desse processo de expansão. Assim, perde-se a centralidade de expansão mediante investimento no setor público, o que “aprofunda a heteronomia cultural, científica e tecnológica do país, nos empurrando rumo à condição de enclave colonial” (Andes, 2004, p. 55).



Segundo relatório governamental sobre a democratização em expansão do ensino superior no país, em 2014 foram concedidas 306.726 bolsas e firmados 663.396 contratos FIES. Em 2005 (ano de criação do PROUNI) foram concedidas 112.275 bolsas. Segundo a Revista Fórum (2014), o PROUNI e FIES juntos proporcionaram um crescimento 110% no número de matrículas em instituições de ensino superior privadas. Em 2013, o governo investiu cerca de R\$ 750 milhões de reais no programa (Brasil, 2014).

Segundo a revista Caros Amigos (2014), em 2012, a educação superior privada movimentou R\$ 28, 23 bilhões de reais. O Brasil é, atualmente, o país com maior número de instituições privadas com fins lucrativos no mundo, sendo também o que registra o maior número de aquisições e fusões de empresas (foram mais de 200 na última década). Apenas o grupo Kroton contabiliza 1,2 milhão de matrículas, ou seja, 14,2% do total de matrículas em IES privadas no país.

Aqui destacamos que, segundo informações da Revista Fórum, em 2014 esta empresa juntamente com a empresa Anhanguera Educacional foram as protagonistas da maior fusão que ocorreu no país até o momento, resultando em uma companhia cujo valor no mercado ficou estimando, na época, em R\$ 14,1 bilhões. Ainda segundo informações desta revista, a Kroton apresentou um crescimento da sua Receita Operacional Líquida de 446% em relação a 2011. A Anhanguera atingiu 261%. É importante destacar também a atuação dos fundos de investimento neste mercado, tais como o banco Pátria e o Fundo Advent International. Este último, no período de 2007 a 2014 contabilizou um total de R\$ 280.000.000,00 bilhões de dólares em seus negócios (segundo resumo levantado pela CM Consultoria em 2014).

Em entrevista à Revista Fórum (2014), o professor Roberto Lehr afirma que o investimento de capital estrangeiro e o grande quantitativo de lucros nesse verdadeiro mercado – que o sistema de ensino superior do Brasil se transformou – só foi possível ao forte investimento de verba pública que garantiu a existência do mercado consumidor. Tanto a isenção de impostos, através do PROUNI quanto o financiamento do FIES foram fundamentais para dar a sustentabilidade no crescimento financeiro destas empresas. Segundo informações prestadas pelo professor, a taxa do FIES encontrava-se em 3%, enquanto a taxa Selic (taxa de financiamento bancário) estava em 8,5%. Assim, quem paga a diferença e consequentemente o prejuízo é o Estado.



Portanto, diante destes dados, podemos perceber a dimensão contraditória da política adotada pelo governo brasileiro nos 12 anos, na qual, sob o discurso de estar promovendo um processo de redemocratização do acesso ao ensino de nível superior, garantindo o crescimento no número de matrículas nessa modalidade de ensino – o que de fato ocorreu – consolidou foi intensificação da mercantilização do ensino superior no país. A população matriculada neste nível de ensino, em sua grande maioria, não foi inserida através do seu reconhecimento – por parte do Estado – enquanto sujeito de direitos, mas sim enquanto consumidores que estão, através de seu próprio endividamento e juntamente com o fundo público, contribuindo com o crescimento das taxas de lucros destas empresas.

Sob o discurso otimista de que o governo brasileiro está promovendo a equidade social e garantia de acesso a direitos por parte da população, o que observamos é a atuação Estatal em prol dos interesses da burguesia nacional brasileira, camuflando a real face classista através de um falso consenso entre Estado, empresários e trabalhadores. Assim, “o Estado agiria como um agente de mudança social em nome dos interesses da vontade coletiva, e não em favor de um grupo ou classe social particular, como é tradição do Estado brasileiro” (Branco, 2009, p.79).

V. CONCLUSÕES

A partir das análises expostas neste artigo concluímos que o discurso governista de “Pátria Educadora” se constitui numa verdadeira falácia. Aqui, não negamos que os programas adotados pelos governos petistas tenham, de fato, promovido maior acesso da população ao ensino de nível superior. Porém, esse acesso ocorre mediante o consumo e endividamento desta. Além de observamos significativo investimento de fundo público no setor privado robustecendo, assim, os lucros dos grandes monopólios de empresas educacionais.

Resta-nos observar qual será a dinâmica destas empresas no atual estágio de crise que o país vivencia nesses dois últimos anos. Porém, quem realmente será (sempre) atingido nestes momentos é setor público. A prova disto é que no ano de 2015 foi anunciado um corte de mais de 10% no orçamento do Ministério da Educação, o que impacta diretamente na dinâmica das universidades



públicas federais. Além disso, ocorreu, nesse mesmo período, uma redução em 16% dos contratos do FIES.

Ainda não temos, para este momento, dados suficientes para consolidar a análise das estratégias que as empresas educacionais utilizarão para manter suas taxas de lucro, mas podemos sondar a tendências que vem ocorrendo nos últimos anos: acirramento da flexibilização do ensino, com uso de tecnologias EAD inclusive em modalidade de ensino presenciais (ressaltamos que isto já está normatizado em lei, o que destacamos aqui é a tendência à intensificação desta medida); corte de gastos em recursos humanos, desvalorizando cada vez mais a carreira docente; intensificação de fusões de empresas educacionais e criação de grandes monopólios (a exemplo destacamos a fusão da empresa Kroton com a Anhanguera); abertura do mercado educacional ao capital estrangeiro.

Assim, as primeiras medidas adotadas são justamente corte de verbas voltadas ao setor público e ao “custeio” da educação da população de baixa renda e má qualidade na formação. Assim, ao final, quem sempre “*paga o pato*” na história é a população mais pobre.

VI. BIBLIOGRAFIA

ANDES. (2004). *A contra-reforma da educação superior: uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do governo de Lula da Silva*. Brasília.

ANTUNES, R. (2006). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 11ª. São Paulo: Cortez.

BRASIL. (2014). *A democratização e a expansão da educação superior no país 2003-2014*. Brasília: Ministério da Educação.

BRANCO, R. C. (2012). O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº112, p.613-636, out/dez.2012.

CAROS AMIGOS. (2014). *Universidade, crise e desafios*. São Paulo: Setembro, Ano XVIII, nº70, 2014 [Edição Especial]

CM Consultoria. (2014). *Fusões e aquisições no Ensino Superior: panorama 2007-2014*. Agosto, 2014.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

FERNANDES, F. (1975). *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Omega.

LIMA, K. (2006). *Capitalismo dependente e “Reforma universitária consentida”: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros*. Caxambu, 2006. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Anual de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: <http://www.anped.org.br>. Acesso em: 02 de junho de 2017.

MARX, K.. ENGELS, F. (1977). Manifesto do partido comunista. In: *Cartas Filosóficas e outros escritos*. São Paulo: Grijalbo.

MARINI, Ruy Mauro; SPELLER, Paulo. (1977). A Universidade Brasileira. In: *Revista de Educación Superior*, nº 22, México, abril-junho 1977. Tradução Fernando Correa Prado; Revisão Rodrigo Castelo Branco e Vitor Hugo Tonin.

NEVES, L. M. W; PRONKO, M. A. (2008). *O mercado do conhecimento o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EPSJV.

SGUISSARDI, V. (2009). *Universidade brasileira no século XXI*. São Paulo: Cortez.

REVISTA FÓRUM. (2013). *Educação sob o domínio do capital estrangeiro*. Edição 124, Agosto 2013. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2013/08/23/sob-o-dominio-do-capital-estrangeiro/>

TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. (orgs.). (2011). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular.